



**A SECA COMO MARCA: AGRICULTURA FAMILIAR E ESCASSEZ HÍDRICA
EM COMUNIDADES RURAIS DE BARBALHA, CEARÁ**

**DROUGHT AS A MARK: FAMILY FARMING AND WATER SCARCITY IN
RURAL COMMUNITIES IN BARBALHA, CEARÁ**

LEITE, M. L. S.; LEITE, J. F.; CHACON, S. S. A SECA COMO MARCA: agricultura familiar e escassez hídrica em comunidades rurais de Barbalha, Ceará. *Revista Ciência e Sustentabilidade*, Juazeiro do Norte, V.8, N°2, p.65-83, jul./dez. 2024.

Maria Laís dos Santos Leite¹

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Jáder Ferreira Leite²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Suely Salgueiro Chacon³

Universidade Federal do Ceará (UFC)

¹ Residência pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2023-2024). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2018-2022). Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (2014-2016). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Leão Sampaio (2008-2012). Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri (2014-atual).

E-mail: mlaisleite@gmail.com

² Estágio pós-doutoral junto ao Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará (2014) e ao Grupo de Estudos Gênero e Masculinidades (GEMA) da Universidade Federal de Pernambuco (2020). Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008). Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003). Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (1998). É professor associado II, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: jaderfleite@gmail.com

³ Estágio pós-doutoral em Economia do Desenvolvimento na Universidad Autónoma de Madrid (2019-2020). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2005). Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (1994). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (1990). Professora Associada e Pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC), atuando nos cursos de Graduação de Gestão de Políticas Públicas e de Economia Ecológica, e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP).

E-mail: suelychacon@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivos: caracterizar as principais políticas públicas para segurança hídrica e produção de alimentos no semiárido implementadas na Região do Cariri cearense a partir dos anos 2000; e compreender os sentidos produzidos por agricultoras(es) familiares caririenses sobre a seca e as políticas públicas de acesso à água implantadas em suas comunidades. Para tanto, além da revisão narrativa da literatura, realizamos uma análise de documentos de domínio público, especialmente atos legislativos e produções técnicas de organizações envolvidas na proposição e implementação de políticas públicas para a segurança hídrica e a produção agrícola de base familiar em contextos rurais e a realização de entrevistas com líderes de comunidades do Distrito Arajara em Barbalha-CE, observações e conversas no cotidiano em feiras, reuniões e eventos de formação com agricultoras e agricultores familiares do Cariri. Evidenciamos, a partir da investigação, a relevância das políticas públicas: Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e o Água Para Todos; a importância da construção de cisternas para a redução de desigualdade do acesso à água nas comunidades; as lacunas na gestão de recursos hídricos no território que geram violações no direito à água potável e saneamento básico; bem como os desafios para a realização da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional diante dos gargalos na continuidade das políticas públicas e da pouca presença dos serviços públicos sociais nas comunidades rurais no território.

Palavras-chave: Ambientes rurais; Políticas Públicas; Cisternas; Cariri cearense.

ABSTRACT

This article has the objectives of: characterizing the main public policies for water security and food production in the semi-arid region implemented in the Cariri region of Ceará since the 2000s; and understanding the meanings produced by family farmers from Cariri about drought and the public policies for access to water implemented in their communities. To this end, in addition to intensive bibliographical research, we analyzed public domain documents on public policies for water security and family-based agricultural production in rural contexts and conducted interviews with community leaders from the Arajara District in Barbalha-CE, observations and everyday conversations at fairs, meetings and training events with family farmers from Cariri. From the research, we can see the relevance of building cisterns to the inequality of access to water in the communities; the gaps in the management of water resources in the territory, which end up generating violations of the right to drinking water and basic sanitation; as well as the challenges for the realization of family farming and food and nutritional security in the face of bottlenecks in the continuity of public policies and the limited presence of public services in rural communities in the territory.

Keywords: Rural environments. Public policies. Cisterns. Cariri, Ceará.

*[...] É doutor diplomado é doutor coroné
É um pão, uma feira, um remédio no pé
É um poço, uma pipa, um cantor uma fã
É a troca e o troco depois de amanhã
[...] É pau é pedra é o fim do caminho.
(Jessier Quirino)*

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, tema amplamente estudado por pesquisadoras(es) e gestoras(es) públicos, é um conceito complexo, com múltiplas interpretações e disputas narrativas. De forma geral, ela pode ser entendida como um modelo de produção agrícola em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são realizados por membros de uma mesma família, unidos por laços consanguíneos ou de casamento (Abramovay, 1999, 2006).

Esse tipo de produção é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos no Brasil. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a agricultura familiar é responsável por aproximadamente 77% dos estabelecimentos agropecuários do país e contribui significativamente para a produção de diversos alimentos essenciais⁴.

Além disso, promove uma relação mais sustentável com o meio ambiente e assegura o sustento de inúmeras famílias, tanto no campo quanto nas cidades, desempenhando um papel crucial nos âmbitos social, cultural e econômico do país (Leite, 2022).

Porém, há muitos desafios para a produção agrícola e a segurança hídrica, alimentar e nutricional de famílias de classes populares em territórios que formam o Semiárido Brasileiro (SAB), como é o caso do município de Barbalha, na Região do Cariri cearense.

O SAB abrange partes de oito estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e do Norte de Minas Gerais, somando atualmente 982.663,3 km² e englobando 1.135 municípios. Essa região é habitada por cerca de 23,8 milhões de pessoas, representando 42,44% da população nordestina e 11,76% da população nacional (Azevêdo, 2015; Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA, 2013).

Embora seja o semiárido mais populoso e também o mais chuvoso do mundo, com uma média anual de 750 mm de precipitação (variando de 250 mm a 800 mm), as chuvas são mal distribuídas ao longo do ano, concentradas em apenas quatro meses (fevereiro a maio). Essa irregularidade é agravada por veranicos e pela alta evaporação, resultando em balanço hídrico negativo, isso dificulta significativamente a qualidade de vida na região. Historicamente, o SAB é caracterizado por secas prolongadas, que tendem a ocorrer a cada década, e pela insuficiência de água durante a estiagem anual (Azevêdo, 2015; Blank; Homrick; Assis, 2008).

⁴ Os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que a agricultura familiar representa: 70% da produção de feijão; 70% da produção de mandioca; 34% da produção de arroz; 21% da produção de milho; 60% da produção de leite; 59% da produção de suínos; 50% da produção de aves e 30% da produção de bovinos.

O problema no semiárido brasileiro não se limita à quantidade de chuvas, mas à forma como esse recurso é distribuído ao longo do tempo e do espaço, além de como os gestores públicos lidaram com a escassez hídrica em períodos de seca extrema, já que como afirma Chacon (2007, p. 33) “toda a história do Sertão é marcada pela interferência do Estado, sempre pautada no tema que é a própria espinha dorsal das políticas públicas para a região: a seca.” A autora adverte ainda que a seca mobilizou uma estruturação econômica e política da região que também repercute nas relações sociais.

Nesse contexto, apresentamos como objetivos desse artigo: caracterizar as principais políticas públicas para segurança hídrica e produção de alimentos no semiárido implementadas na Região do Cariri a partir dos anos 2000; e compreender os sentidos produzidos por agricultoras(es) familiares caririenses sobre a seca e as políticas públicas de acesso à água implantadas em suas comunidades.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa fundamenta-se na psicologia social discursiva, conforme proposta de P. Spink (2013a), orientada pelos princípios do construcionismo social. Utiliza-se, principalmente, das práticas discursivas como ferramenta para investigar a produção de sentidos no cotidiano (Spink; Frezza, 2013).

O construcionismo social, inserido no campo das teorias pós-estruturalistas, valoriza a linguagem como prática social e geradora de conhecimento, desviando o foco da mente individual para compreender a linguagem como uma atividade compartilhada (M. J. Spink; Medrado, 2013). Essa abordagem enfatiza os processos cotidianos, examinando como as pessoas falam, vivenciam e interpretam o mundo ao seu redor (Gergen, 1994, 2009).

Para melhor organização da pesquisa e apreensão de seus resultados a mesma foi dividida em dois eixos: o Eixo I: Análise de documentos de domínio público e o Eixo II: Pesquisa no/do cotidiano.

A análise de documentos de domínio público (P. Spink, 2013b; P. Spink *et al.*, 2014) ocorreu de 2019 a 2024 tendo como objetos atos oficiais localizados a partir de busca no Portal da Legislação do Governo Federal, utilizando os termos agricultura (7837 documentos) e terra (3998 documentos). Para a categorização utilizamos da estratégia do Mapa Temático (M. J. Spink; Lima, 2013; Nascimento *et al.*, 2014; Souza, 2018) utilizando uma planilha eletrônica com cinco marcadores temáticos: Marcador temático 1- Objetivo do ato; Marcador temático 2 - Categoria temática; Marcador temático 3 -Beneficiário/Donatário (Tipo); Marcador temático 4 - Local (Estado da Federação), Marcador temático 5 - Local (Estado da Federação).

Para este estudo foram escolhidas apenas as políticas públicas para a segurança hídrica e produção agrícola de base familiar em contextos rurais mencionadas pelos(as) interlocutores(as) entrevistados(as). Posteriormente complementamos a análise com produções técnicas de organizações envolvidas na proposição e implementação de tais ações.

O procedimento metodológico foi escolhido por contribuir no entendimento dos documentos e sua importância histórica e social, uma vez que esses materiais refletem questões culturais e as dinâmicas de poder presentes em uma determinada sociedade.

Já o segundo eixo, Pesquisa no/do cotidiano, se deu por meio da coleta de dados qualitativos (Creswell, 2016; Minayo, 2013) entre 2018 e 2024, incluindo observações e conversas no cotidiano em feiras, reuniões e eventos de formação com agricultoras e agricultores familiares do Cariri (Cardona; Cordeiro; Brasilino, 2014).

Entre 2020 e 2021, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas (Aragaki *et al.*, 2014) com agricultoras e agricultores que também atuam como lideranças comunitárias. Cada uma das três famílias participantes foi entrevistada em um total de quatro a seis encontros em seu domicílio. As famílias residem em distintas comunidades rurais – cujos nomes foram anonimizados⁵ – do Distrito de Arajara, localizado no município de Barbalha-CE.

Elegemos o Distrito Arajara como território para realização da investigação, por este ser destaque na implantação de políticas públicas para agricultura familiar no município de Barbalha e no estado do Ceará conforme se apresenta em Leite (2016, 2022).

A análise das práticas discursivas foi adotada como referencial teórico e analítico para aprofundar a compreensão dos conhecimentos produzidos em diálogo com os(as) participantes. Entendemos práticas discursivas como “as formas pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, constroem significados e se posicionam nas relações sociais cotidianas” (M. J. Spink, 2010, p. 27).

Por fim, informamos que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob o CAAE nº 30097520.2.0000.5537, e recebeu o parecer nº 4.065.994.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Políticas públicas para a segurança hídrica e agricultura em contextos rurais

As iniciativas governamentais voltadas ao enfrentamento dos desafios da escassez hídrica, durante muito tempo, foram estruturadas em políticas de “combate à seca”, frequentemente baseadas em megaprojetos de desenvolvimento considerados inadequados, como a construção de grandes obras hídricas. Essas estratégias não solucionaram as dificuldades de acesso à água, especialmente para a população rural dispersa, já que os recursos hídricos acumulados nesses reservatórios foram prioritariamente destinados ao consumo urbano e a projetos específicos de irrigação na região (Silva *et al.*, 2009).

Além disso, essas políticas desconsideravam os modos de vida das comunidades rurais, ignorando saberes tradicionais acumulados ao longo de séculos sobre como lidar com

⁵ Para anonimização das(os) participantes buscamos rememorar nomes mais utilizados no território e para o nome das comunidades utilizamos, como forma de homenagem aos povos originários dessa terra, palavras na língua Kariri, cujos sentidos estavam associados às comunidades: Wirapararã, Iwodzú e Woroyentá.

a escassez de água, isso comprometeu a eficácia dessas iniciativas. Esse modelo resultou em desperdício significativo de recursos públicos, agravamento das desigualdades sociais, aumento da concentração de renda e entraves ao desenvolvimento regional. Nesse cenário, tornou-se necessário construir uma nova abordagem que atendesse às demandas da população rural, valorizando tanto o aproveitamento das águas pluviais quanto os saberes e condições locais (Assad *et al.*, 2016).

Diferentemente das ações anteriores, que priorizavam o “combate à seca”, as novas políticas públicas centravam-se na convivência com as condições naturais do semiárido. A mudança de abordagem tem início no final da década de 1980, e com maior intensidade nos anos 1990, a partir da pressão de movimentos sociais e organizações civis que impulsionaram a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as comunidades rurais atingidas pela escassez hídrica.

As políticas de convivência com o semiárido se basearam no aprimoramento de tecnologias sociais já existentes, desenvolvidas de forma coletiva pelas comunidades locais e que se mostravam estratégias adaptativas potentes para lidar com os impactos da seca. Essas práticas, simples e acessíveis, buscavam melhorar as condições de vida, promovendo uma ruptura com o paradigma do combate à seca e introduzindo um modelo que priorizava a adaptação às especificidades climáticas regionais (Silva; Barros, 2016).

Busca-se a partir dessas tecnologias sociais a garantia de segurança hídrica e alimentar para famílias de comunidades e assentamentos rurais, locais que concentram grande parte da população mais vulnerável do país e que sofrem os maiores impactos da escassez de água (Silva *et al.*, 2020). Assim, as tecnologias sociais emergiram como ferramentas essenciais para fortalecer a dignidade e a sustentabilidade do modo de vida no semiárido.

Dentre estas políticas públicas, com base na implantação de tecnologias sociais, destacamos: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e o Água Para Todos.

O P1MC foi idealizado em 2001 pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) e que integrou a partir do ano de 2003 o programa governamental Fome Zero, ano em que foi formalizada sua gestão pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Através de um acordo previsto entre o governo federal e a ASA, a União passou a fornecer apoio e recursos financeiros para a implementação de iniciativas inovadoras à construção de cisternas e à capacitação (Gomes; Pena, 2012).

O P1MC, de acordo com a ASA Brasil (2023a) tem como objetivo garantir o acesso à água potável para as famílias rurais do Semiárido, por meio da construção de cisternas para armazenamento da água da chuva. Com cisternas de 16 mil litros, construídas nas propriedades familiares, o programa permite que as famílias deixem de depender de longos deslocamentos para buscar água e possam ter acesso à água de qualidade para consumo humano, produção de alimentos e cuidado com os animais.

Além de proporcionar água, o P1MC impulsiona transformações sociais e comunitárias, como o aumento da frequência escolar, a redução de doenças associadas ao consumo de água contaminada e a diminuição do trabalho excessivo, especialmente das mulheres. O programa também fortalece a organização comunitária, estimulando a participação das famílias e promovendo o direito à água como um passo para a conquista de outros direitos, como educação e segurança alimentar (ASA Brasil, 2023; 2021).

O P1+2, por sua vez, amplia os impactos do P1MC ao incluir, além da cisterna para consumo humano, cisternas para a produção de alimentos e o uso de técnicas sustentáveis de convivência com o Semiárido. Esse programa visa garantir não apenas o direito à água potável, mas também a possibilidade de cultivo e criação animal através da utilização eficiente da água disponível, fortalecendo a segurança alimentar das famílias e melhorando sua qualidade de vida a longo prazo (ASA Brasil, 2023b).

Ressaltamos que a metodologia dos programas da ASA Brasil se baseia na participação ativa das comunidades, considerando-as como protagonistas das ações. Isso se reflete na mobilização e capacitação das famílias, com cursos sobre Gestão de Recursos Hídricos (GRH) e convivência com o Semiárido, além de treinamento para pedreiros na construção das cisternas (ASA Brasil, 2011; 2021).

A organização declara que é guiada pelo entendimento de que o acesso à água é um direito fundamental, não podendo ser monopolizado por grandes propriedades ou projetos de grande escala. O P1MC e o P1+2 ajudam a reverter a concentração de água e terra, promovendo a democratização do acesso a esses recursos essenciais para a vida.

Anos depois e integrando as já exitosas políticas acima mencionadas foi criado o Água Para Todos, um programa federal que constituiu o Plano Brasil Sem Miséria – apresentado na gestão da presidenta Dilma Rousseff em 2011 – e gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Programa era formado por um conjunto de ações com o objetivo de “universalizar a água de consumo nas áreas rurais do semiárido e avançar na implantação de tecnologias de acesso à água para produção” (Brasil, 2014, p. 456).

Os objetivos do Água para Todos são: garantir o acesso universal à água em áreas rurais, tanto para o consumo humano quanto para a produção agrícola e alimentar, isso é essencial para promover o desenvolvimento humano e assegurar a segurança alimentar e nutricional de famílias em condições de vulnerabilidade social. O fornecimento de água potável e de qualidade para consumo e atividades produtivas, incluindo a criação de animais, é viabilizado principalmente por meio da implementação de estruturas como: cisternas para consumo; cisternas voltadas à produção; sistemas coletivos de abastecimento; kits de irrigação; e barreiros (Brasil, 2012).

Tais políticas contribuíram - ainda que haja muito a ser feito - para garantir para mais brasileiras(os) o acesso à água limpa e ao saneamento básico. Entendendo esses elementos como indispensáveis à vida e para a realização dos demais direitos humanos, conforme reconhece a Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução 64/292 das Organizações das Nações Unidas (ONU, 2010).

Esse direito fundamental abrange aspectos como a garantia de qualidade, com água própria para consumo; quantidade suficiente para atender às necessidades básicas; prioridade de uso para consumo humano em situações de escassez; e, no mínimo essencial para a sobrevivência, a gratuidade (D'isep, 2010; Kishi, 2014).

O tema também compõe a Agenda 2030, sendo o sexto entre os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo 6: Água potável e saneamento básico é assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos (ONU, 2020).

Ratificamos, com base em Chacon (2007) e Chacon e Nascimento (2020), a notabilidade das políticas públicas enquanto instrumentos de ação para a promoção da sustentabilidade nos territórios. Sendo essa afirmação ainda mais pertinente quando se fala do Semiárido Brasileiro, considerando sua fragilidade ambiental e política, especialmente quando tratamos da agricultura familiar.

No tópico abaixo veremos como esse direito tem sido garantido – ou não – no território e como estas políticas públicas têm sido implementadas em comunidades rurais de Barbalha no Cariri cearense, a partir dos dados produzidos com base na pesquisa no/do cotidiano.

3.2 Sentidos produzidos sobre a seca e as políticas públicas de acesso à água

Duas das famílias entrevistadas, de distintas comunidades rurais do Distrito, relataram dificuldades no acesso à água para consumo próprio e para a agricultura. Na primeira família conversamos com D. Margarida, uma senhora de 55 anos que reside há 37 no Sítio Wirapararã, desde que se casou com Raimundo de 59 anos, nascido e criado nesta comunidade rural. Os dois são engajados na Associação de moradores de um conjunto de comunidades, ele preside a associação e ela é uma das secretárias.

Margarida se identifica como uma mulher negra, evangélica e agricultora. Além de produzir derivados da mandioca, ela cita que planta feijão, andu, arroz, milho, fava e coleta coco babaçu nas proximidades da comunidade. Já Raimundo se apresenta como um homem negro, católico e agricultor, nesta função ele se dedica especialmente à criação de galinhas, peixes e porcos e também trabalha periodicamente na produção de mel e rapadura em exposições locais.

Wirapararã é uma pequena comunidade rural com comunidades circunvizinhas intensamente relacionadas, a maior parte das(os) moradoras(es) são adultos(as) maiores e idosas(os). No local há pouco acesso a equipamentos e serviços públicos, a iluminação pública é deficiente, algo que também compromete o deslocamento das(os) habitantes para o centro da cidade. A infraestrutura das vias públicas é bastante irregular e no período de chuvas recebe várias reclamações e é causa de acidentes. No Distrito há ainda uma obra pública abandonada há anos e que oferece risco a quem precisa transitar pela localidade. O canal que auxiliaria na resolução dos problemas na ocorrência de chuvas mais intensas foi iniciada por uma gestão municipal e não continuada pela seguinte de posição político-partidária contrária.

A comunidade é marcada ainda por uma dificuldade de acesso pela precariedade na pavimentação das ruas e do serviço de transportes coletivos, incluindo o transporte escolar municipal, que geram uma preocupação maior em seus habitantes de conseguir adquirir um transporte próprio, em especial motocicletas.

Da outra família, nossa interação mais próxima se deu com Maria da comunidade Iwodzú. Ela tem 43 anos, se identifica como uma mulher negra, católica e agricultora. Maria produz milho, fava, feijão, andu, jerimum, entre outras culturas e também cria animais: porcos, carneiros e galinhas. Além das tarefas na agricultura e em sua casa, desde 2017 é presidente da Associação de sua comunidade e é bastante engajada em busca de melhorias para esta.

Iwodzú é uma comunidade rural que historicamente tem a água como principal “riqueza”, curiosamente na reunião em que participamos e também nas falas de Maria uma das pautas e preocupações principais é a gestão da água já que a comunidade tem uma outorga diretamente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), cuja distribuição é administrada em conjunto com a comunidade.

Iwodzú tem um relevo irregular e não dá para chegar facilmente de carro nas casas que compõe a comunidade, lá ocorrem muitos acidentes justamente pelos declives que pela falta de suporte do poder público geram problemas para moradoras(es) e visitantes. Assim como o Wirapararã é bastante esburacada, há espaços sem e outros com calçamento e iluminação pública. Pela via principal que liga o Distrito Arajara ao Crato e à Barbalha se localizar próximo à comunidade, suas/seus moradoras/es têm mais facilidade para conseguir usar transportes coletivos sem precisar andar muito.

Margarida relata os desafios vivenciados no Sítio Wirapararã no período mais seco nos últimos meses do ano na Região do Cariri, considerada semiárida. No período de agosto a novembro de 2020 em que realizamos parte das visitas ao Sítio Wirapararã e ao Sítio Iwodzú, o tema era bastante presente nas conversas com as participantes:

Margarida: A água tá tão complicada, tá tão difícil que a gente tá chegando a ser abastecido por carro pipa.

Lais: Desde quando que tá tendo problema de água?

Margarida: Desde... tá com uns cinco ou seis meses.

A comunidade que antes tinha água de modo abundante e passando por todo o Wirapararã agora sofre com a falta de água, lembrando sobre como era no passado e também pensando na situação atual, conversamos:

Raimundo: Ave Maria, essa água que nós bebe hoje de onde é o cano, era uma levada assim, a partir de duas polegadas de água direto no chão. [...]

Lais: Era a coisa mais linda.

Raimundo: Era só pro Wirapararã [nome de mais dois sítios suprimidos]. Passava oito dias em um, treze em outro e o restante tinha outro. Ai quando terminava aquele dia voltava, era interessante demais.

[...]

As pessoas das comunidades rurais têm consciência de que maior do que o problema das chuvas irregulares ou das secas, o ponto central é a desigualdade na distribuição da água, como pontua S. Raimundo em nossa conversa:

Raimundo: Também era em todo canto ali nas proximidades tinham cacimba, né? O pessoal cavava e de lá minava, hoje em dia tem mais não, até encanada falta água.

Laís: Era muita água.

Raimundo: Era muita água.

Laís: E por que que vocês acham que essa água acabou?

Raimundo: Tem gente que diz que acabou, eu digo que não, eu acho que é porque ela é mal distribuída, né, a população eu acho que aumentou demais a população, né, as famílias, que cada família ali tem no mínimo 5 filhos, eu acho que quem tem menos é nós, mas cada um deles lá já tem três filhos, né? Quer dizer, veio de meus pais que só eram três, quantos não tem hoje em uma família, né? e todos querem água e querem casa. Eu não sei se diminui a nascente não, eu acho que há uma má distribuição.

Laís: E também muita água daqui, que na época que a gente estudava ainda tinha cento e não sei quantas fontes de água natural...

Raimundo: Pois é. [...]

Outro ponto presente nas reclamações era que por um lado as pessoas residentes naquelas localidades não tinham água enquanto balneários próximos, especialmente o Arajara Park⁶, segundo maior parque aquático do estado do Ceará, mantinha suas atividades com grande utilização de água, tendo pouco impacto no período sem chuvas, como salienta D. Margarida em sua fala:

Margarida: Tem um Arajara Park daqueles, né, que tem um bocado de água ali todo dia que tem visitante, né? Tem que ter água dentro daquelas piscinas, de tudo.

O cenário seco, de vulnerabilidade socioeconômica e com vilas sendo abastecidas por carro pipa infelizmente não estão apenas na memória, que queremos esquecer, como apontou Leite (2010). Ela se mantém presente, como retrato da desigualdade social que vivemos.

A comunidade em 2020, em plena pandemia por Sars-Cov-2, precisou ser abastecida pelo carro pipa e passava dias sem ter nenhum acesso à água:

[...] Laís: E... uhum. E o carro pipa, tem quanto tempo que vocês estão tendo abastecimento de água pelo carro pipa?

Raimundo: Tá com... no tempo dessa pandemia agora nós já recebemos eles 8 vezes, mas nos anos anteriores nunca tinha sido abastecido por carro pipa, apenas esse ano agora, ao menos de abril pra cá que a gente tá recebendo.

Margarida: Porque aumento as residências pra puxar, né, o bico d'água, aí tá faltando pra gente.

⁶ De acordo com Teixeira *et al.* (2019) o parque temático Arajara Park está a 920m de altitude e possui várias piscinas, toboáguas, grutas e trilhas. Está localizado em área de Proteção Ambiental (APA) da Chapada do Araripe e se configura como uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). As fontes que abastecem o Distrito Arajara estão sob a posse do parque, há menções aos impactos ambientais, especialmente sobre a questão da água, causados pela construção do Parque em Sabiá (2000) e Bastos *et al.* (2016).

Antes mesmo de iniciarmos as gravações já era comum que ao iniciar a visita as mulheres já falassem dos problemas causados pela falta d'água para realizar atividades da casa, para tomar banho e manter animais e plantas de seus quintais produtivos⁷.

Nestes espaços que costumam ter de 5 a 25m, as famílias – especialmente as mulheres – plantam hortaliças, plantas medicinais, algumas leguminosas que rapidamente produzem e que se adequam ao clima como feijão, milho, andu, algumas árvores frutíferas como acerola, manga, maracujá, limão e laranja, muitas também criam galinhas e porcos.

Lais: uhum. Ai pra tirar água pra produção no momento...

Margarida: Não, não tem condição não.

Lais: Que esse é um dos principais problemas que a gente vê, porque o problema mesmo do semiárido, né, dessa região que a gente tá, é a água.

Margarida: É, é a água.

Lais: Porque tem várias produções que davam pra fazer, inclusive hortaliças, se tivesse água com mais abundância.

Margarida: E o espaço que a gente tem lá dava pra gente trabalhar, né, não tem é água.

A seca também modifica as culturas que as(os) agricultoras(es) podem plantar, como destacou seu Raimundo em nossa troca discursiva:

[...] Lais: Tem algum que vocês deixaram de plantar?

Raimundo: Sim.

Lais: Por quê?

Raimundo: Exatamente por causa dessa questão também de inverno, né, e da burocracia que existe que nem o arroz, o arroz não tem condição de plantar agora porque a gente não acredita num inverno de 5 ou 6 meses, né, e ele precisa.

Esta comunidade, em períodos de água mais abundante também recebeu um projeto de hortaliças e outras iniciativas de Instituições de Ensino Superior da Região:

Margarida: Ai tanto que lá na área da gente teve o acompanhamento de vocês, da faculdade, como da nossa feira.

Lais: Sim.

Margarida: Na nossa feira a gente teve capacitação do pessoal da faculdade, né?

Lais: Aquele Enactus também que eu acho que fez um trabalho com horta com vocês, que também é da faculdade.

Margarida: É.

Raimundo: Ali era uma coisa que pra aquele trechinho ali, se não tivesse tido esse problema com água, né, a gente teria ali uma horta tão elegante, porque os meninos produziam tudo lá, os incrementos de colocar na terra...

⁷ Os quintais produtivos são considerados as áreas produtivas de pequeno porte, geralmente localizadas nos arredores das casas, onde há uma produção diversificada desde a criação de pequenos animais (aves, caprinos, ovinos, suínos) ao cultivo de árvores frutíferas, hortaliças e plantas medicinais (Ceará, 2019).

Na comunidade rural que D. Margarida e S. Raimundo residem há algumas cisternas implantadas no âmbito do P1MC e P1+2, políticas públicas para convivência da seca.

Conversando com as(os) interlocutoras(es), eles ressaltam a abrangência destas políticas em sua comunidade e os indagamos sobre a questão do tratamento da água que tem sido uma das grandes preocupações no uso desta tecnologia social:

Lais: Quantas cisternas tem ali por perto, seu Raimundo? Tem aquela que é de frente a associação, só tem aquela ou tem outra?

Raimundo: Deixa eu contar aqui bem ligeirinho.

Margarida: Tem 4 cisternas.

Raimundo: 4... Tem duas, que é aqui e outra [...].

Lais: Uhum

Raimundo: 6 cisternas, mas só 4 funcionando, duas estão estragadas 6 cisternas. Ai tem algumas delas que não tem manutenção, aí são essas que estão estragadas, sabe?

Lais: Uhum.

Raimundo: Mas a nossa sorte é que a de baixo, ali na área do Wirapararã mesmo, são três cisternas que abastecem. É onde que, quando elas estão cheias, distribuem.

Lais: E o tratamento dessa água da cisterna?

Raimundo: Apenas o pessoal às vezes, só com o...

Margarida: Hipoclorito.

Raimundo: Hipoclorito. O pessoal da prefeitura foram lá esse ano, né, [...], mas só foram uma vez, anual que só foram lá uma vez...

Margarida: Que lá tá tendo muito foco de dengue, né, as pessoas, algumas pessoas, inclusive eu também, eu tive. Ai eles foram fazer uma visita.

Além das cisternas, Raimundo – cuja comunidade sofre por problema de água e já atuou como articulador em projetos relacionados no município – menciona ainda outras ações operacionalizadas pelo Água Para Todos que beneficiaram a comunidade:

Raimundo: A água que nós usa é diretamente da nascente.

Raimundo: Nosso cano ele é de um projeto Água Para Todos, ele tem 60cm de fundura em toda extensão da estrada, desde lá da nascente até a nossa residência.

Figura 1 - Fotografia de cisterna no Distrito Arajara



Fonte: Laís Leite (2020).

Assim como Margarida, a maior parte das pessoas residentes no Semiárido, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010), tem como principais atividades econômicas e fontes de sustento a agricultura de sequeiro praticada por famílias e a criação de caprinos e ovinos, utiliza métodos tradicionais para lidar com as adversidades das condições da natureza.

Perto e ao mesmo tempo distante, estão os(as) moradores(as) dos imponentes casarões que foram construídos nas comunidades rurais do Distrito e em toda a encosta da Chapada do Araripe. As casas contam com grandes reservatórios de água, poços profundos, muitas vezes até mais de um por casa, as piscinas cheias com água cristalina contrastam com a secura do lugar no qual estão sediadas.

As áreas rurais, por uma gama de fatores, têm vivenciado uma redução no êxodo populacional generalizado, acompanhada por uma maior diversidade em seu perfil demográfico, incluindo avanços na escolarização e maior diferenciação social mostrando que as novas ruralidades já estão presentes no território (Favareto, 2010).

De acordo com Silva (2001) estes seriam os neo-rurais, parte dessas(es) novas(os) moradoras(es) que migram para as zonas rurais buscando uma maior qualidade de vida – clima mais ameno, menos violência, construções mais amplas -.

Situação semelhante ocorre no Sítio Iwodzú, em que Maria ressaltava também o uso indevido da água pelas(os) moradoras(es) do:

Maria: Nós temos acesso a água, nessa época diminui bastante por causa da seca, não é porque diminui, é que o pessoal usa demais, aí a gente fica faltando de água por conta do uso errado das pessoas, mas a quantidade é a mesma.

Na reunião da associação de moradores(as) do Sítio Iwodzú e nas falas de Maria as queixas sobre a escassez hídrica foram frequentes. Além do mau uso da água, Maria e sua comunidade acreditam ainda que a escassez de água se dê pelos poços artesianos cavados pelas famílias mais ricas que foram chegando à Iwodzú e também porque muitas de suas fontes foram deslocadas para o Arajara Park.

No período em que acompanhamos mais diretamente a comunidade para visitar Maria foi organizado um mutirão para fazer a redistribuição da água de outra outorga administrada pela Cogerh e realizar um encanamento distinto – cuja mão de obra eram os(as) próprios(as) moradores(as) e os materiais por eles(as) custeados – para melhorar o acesso neste período. O Programa Água Para Todos também previa entre suas ações a viabilização de sistemas coletivos de abastecimento de água, no entanto suas ações estão descontinuadas.

Este é um daqueles exemplos em que as pessoas de classes populares se unem para resolver um problema público que deveria ser garantido pelo Estado. A força destas pessoas e o seu amor pelos lugares que habitam, suas comunidades, suas lembranças do passado e seu desejo de um futuro melhor em seu lugar as(os) fazem viver e lutar juntas(os) pela sobrevivência. Há uma beleza singular, que não passa pela ‘tentativa de tornar isso romântico’, mas de reconhece a potência destas pessoas e a necessidade de não causar ainda mais sofrimento a estas.

Esta situação, relativamente frequente nestas comunidades, também nos adverte que as(os) agricultoras(es) familiares não são personagens passivas(os) sem resistência perante as ameaças externas, sua trajetória se constrói dentro do complexo campo de forças que caracteriza a agricultura e os contextos rurais em uma sociedade moderna. Essa construção baseia-se em sua vivência como camponês(a), buscando maneiras de se ajustar às novas demandas e desafios que surgem com o desenvolvimento rural (Wanderley, 2003).

Se de um lado a escassez pode ser considerada uma marca, a cooperação e a resistência se apresentam como possibilidade de superação, como ressalta Chacon (2007), esse território e sua população carregam uma trajetória marcada pela persistente luta por sobrevivência em um cenário de desafios ligados à recorrente escassez de água.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, destacamos entre políticas públicas para acesso à água para consumo humano e a produção de alimentos no semiárido implementadas na Região do Cariri: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e o Água Para Todos.

Além destes destacamos como resultados do eixo 1 - a análise documental de domínio público - a relevância de tais políticas públicas e a potencialidade de sua formulação com a participação e mobilização dos movimentos sociais e da sociedade civil. Essa aproximação permite que as políticas sejam mais próximas à realidade das pessoas que se pretende atender, considerando suas necessidades e saberes.

Como resultados obtidos no eixo 2 - com base na pesquisa no/do cotidiano – especialmente nas entrevistas realizadas com residentes de comunidades rurais do Distrito de Arajara, em Barbalha, ressaltamos os repertórios linguísticos utilizados para dar sentido à escassez hídrica: complicado, difícil, carro pipa, seca e uso errado. Já ao refletirem sobre as políticas públicas de água implementadas as(os) interlocutoras(es) utilizam os repertórios: manutenção, cisternas, abastecem, entre outros.

São presentes nas observações, conversas e nas entrevistas, críticas à desigualdade do acesso à água nas comunidades, entre famílias mais antigas das localidades e de classes populares e os das “casas novas” e ainda de espaços como o Arajara Park. Sublinhamos ainda que embora as cisternas tenham sido implantadas nas comunidades, parte delas não está sendo plenamente utilizada por falta de manutenção, isso salienta a imprescindibilidade de uma maior assistência do poder público para garantir o acesso à água com frequência e qualidade para as(os) cidadãs(ãos), incluindo a instalação em novos domicílios e a manutenção e acompanhamento após a instalação das cisternas, além de apoio e assistência técnica para desenvolvimento da agricultura no contexto semiárido. Tais questões denunciam o desrespeito a um direito humano essencial e indispensável para garantir uma vida digna: o acesso à água limpa e ao saneamento básico.

No âmbito acadêmico – e em muitas outras esferas da vida - cada decisão nos conduz por caminhos distintos, distanciando-nos da ciência hegemônica e da suposta neutralidade, acreditamos que as escolhas metodológicas são também deliberadas a partir do que faz sentido para quem pesquisa, a partir do que nos mobiliza saber, e a trajetória da pesquisa também se modifica e (re)desenha na construção com as(os) interlocutoras(es)

Podemos mencionar assim entre as limitações do estudo, o fato das comunidades serem de um único Distrito rural, e por privilegiar a profundidade, apresentar entrevistas com um número reduzido de participantes.

Incentivamos que novas pesquisas possam ocorrer sobre a seca e as políticas públicas de acesso à água e produção de alimentos no semiárido nesses e em outros territórios. Diante das emergências ambientais que vivenciamos, também sublinhamos a necessidade e importância de pesquisas futuras que possam investigar o papel da agricultura familiar no combate às causas e efeitos das mudanças climáticas, especialmente no Semiárido.

Consideramos este campo-tema como vasto e singular, impossível de ser registrado integralmente, por isso, seguimos com muitas e muitos na construção dessa história, entre as roças, as universidades e outros espaços de resistência.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e reforma agrária**. Estudo da Dimensão Territorial do PPA. Brasília: CGEE, 2006.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 29, n. 1, p. 1-21, 1999. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtas/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2024.
- ALENCAR, G. S. S.; ALENCAR, F. H. H. de; NASCIMENTO, P. S. Arajara Park, Barbalha, CE: um estudo da percepção dos moradores. **Ciência e Sustentabilidade**, v. 5, n. 2, p. 68-99, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33809/2447-4606.52201968-99>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ARAGAKI, S. S. *et al.* Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, M. J. *et al.* (eds.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 57-72.
- ASA Brasil - Articulação no Semiárido Brasileiro. **Acesso à água para populações do semiárido brasileiro**. Recife: ASA Brasil, 2021.
- ASA Brasil - Articulação no Semiárido Brasileiro. **O lugar da convivência na erradicação da extrema pobreza**. Recife: ASA Brasil, 2011.
- ASA Brasil - Articulação no Semiárido Brasileiro. **Programa Um Milhão de Cisternas**. Recife: ASA Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/plmc>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- ASA Brasil - Articulação no Semiárido Brasileiro. **Programa uma Terra e Duas Águas**. Recife: ASA Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acoes/pl-2>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ASSAD, P. L. T. *et al.* Do combate à seca à convivência com o Semiárido – Novos caminhos à procura da sustentabilidade. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, Edição Especial, p. 7-21, 2016.
- AZEVÊDO, A. C. Verso e reverso das políticas públicas de água para o Semiárido Brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 373-392, 2015.
- BLANK, D. M. P.; HOMRICH, I. G. N.; ASSIS, S. V. O gerenciamento dos recursos hídricos à luz do Ecodesenvolvimento. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental FURG**, Rio Grande do Sul, v. 20, p. 53, 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. Brasília: MDS, 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011**. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jul. 2011. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-7.535-de-26-de-julho-de-2011-2117264>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Água para Todos**. Brasília: MDR, 2019. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/dadosabertos/317-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/aguapara-todos/6076-agua-para-todos>. Acesso em: 25 jan. 2024.

- BRITO, L. T. L.; SILVA, A. S.; PORTO, E. R. Disponibilidade de água e a gestão dos recursos hídricos. In: BRITO, L. T. de L.; MOURA, M. S. B. de; GAMA, G. F. B. (Ed.). **Potencialidades da água de chuva no Semi-árido Brasileiro**. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido, 2007.
- CARDONA, M. G.; CORDEIRO, R. M.; BRASILINO, J.. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, M. J. *et al.* (eds.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 123-148.
- CHACON, S. S. **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: BNB, 2007.
- CHACON, S. S.; NASCIMENTO, V. S.. Para além do (pré)conceito e do discurso - Proposta de avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade. **Revista AVAL**, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 62-87, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61650/162644>. Acesso em: 5 jan. 2025.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- D'ISEP, C. F. M. **Água Juridicamente Sustentável**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.
- FAVARETO, A. A expansão produtiva em regiões rurais – há um dilema entre crescimento econômico, coesão social e conservação ambiental? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 213-236.
- FERNANDES, C. S. **Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido: acesso à água para o consumo e produção agrícola familiar**. Tese (Doutorado em Fitotecnia). Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2023.
- GERGEN, K. J. O movimento do construcionismo social na Psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 6, n. 1, p. 299-325, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p299>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- GERGEN, K. J. **Realities and relationships: soundings in social construction**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- GOMES, U. A. F.; PENA, J. L. Confrontando a vulnerabilidade e indefensabilidade social: a experiência da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 31 (especial), pp. 45-56, 2012.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?t=publicacoes>. Acesso em: 3 jan. 2025.
- INSA - Instituto Nacional do Semi-Árido. **População do semiárido estimada para 2014**. Campina Grande, PB: INSA, 2013.

KISHI, S. A. S. **Acesso à água potável e ao saneamento básico como direito humano fundamental no Brasil**. São Paulo: Ministério Público Federal, 2014. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/projetos/qualidade-da-agua/boletim-das-aguas/artigos-cientificos/acesso-a-agua-potavel-e-ao-saneamento-basico-como-direito-humano-fundamental-no-brasil/at_download/file. Acesso em: 10 dez. 2023.

LEITE, M. L. S. **Produção de sentidos sobre políticas públicas para agricultoras(es) familiares do Distrito Arajara em Barbalha-CE**. Orientador: Jader Ferreira Leite. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49548>. Acesso em: 14 fev. 2024.

LEITE, M. L. S. **Uma avaliação de percepção junto a agricultores(as) familiares beneficiários(as) do Programa de Aquisição de Alimentos em Barbalha-CE**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) - Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4758873. Acesso em: 10 set. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

ONU - Organizações das Nações Unidas. **Human Right to Water and Sanitation**. Nova Iorque: ONU, 2010. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n09/479/35/pdf/n0947935.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

ONU - Organizações das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS), 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ROTHER, E. T.. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, abr. 2007.

SABIÁ, R. J. **Gerenciamento das fontes no Cariri: uma perspectiva integrada e multidisciplinar**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil: Recursos Hídricos) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/19108>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SILVA, J. B. *et al.* Ecologia política das cisternas de placas: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB. **Cronos**, v. 10, n. 2, p. 121-143, 2009.

SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300005>. Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. Tese (Desenvolvimento sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, V. P.; BARROS, E. C. N. Tecnologias sociais no Rio Grande do Norte: algumas discussões sobre a convivência com o Semiárido. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, Edição Especial, pp. 69-85, 2016.

SPINK, M. J. P. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas Discursivas e Produção de Sentido. *In*: SPINK, M. J. (ed.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 1-21.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. *In*: SPINK, M. J. (ed.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 22-41.

SPINK, P. K. Análise de Documentos de Domínio Público. *In*: SPINK, M. J. (ed.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013a, p. 79-105.

SPINK, P. K. Psicologia Social e políticas públicas: linguagens de ação na era dos direitos. *In*: MARQUES, E.; FÁRIA, C. A. P. de (eds.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp, 2013b, p. 155-180.

SPINK, P. K. *et al.* Documentos de domínio público e a produção de informações. *In*: SPINK, M. J. *et al.* (eds.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 207-228.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 2, p. 42-61, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: 2 maio 2024.